

**Relatório da Administração**

**Apresentação:** A Diretoria do Citibank N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Citibank N.A. - Filial Brasileira apresentou um lucro líquido de R\$ 307.547 (2018 - R\$ 268.659) o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 10,67% (2018 - 10,30%). Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Baseleia do Conglomerado Prudencial era de 17,14% (2018 - R\$ 15,85%).

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>8.975.522</b>	<b>6.294.569</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 e 5</b>	<b>1.423.671</b>	<b>24.206</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>4.627.773</b>	<b>3.888.674</b>
Aplicações em operações compromissadas		2.399.999	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.227.774	3.888.674
<b>Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>799.483</b>	<b>1.171.985</b>
Carteira própria	6	274.687	164.492
Instrumentos financeiros derivativos	7	13.222	42.730
Vinculados ao Banco Central	6	-	349.159
Vinculados à prestação de garantias	6	511.574	615.604
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>2.005.752</b>	<b>1.103.230</b>
Correspondentes no país	24.b	2.005.752	1.103.230
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>65.992</b>	<b>52.846</b>
Operações de crédito - setor privado		66.032	52.870
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(40)	(24)
<b>Outros créditos</b>		<b>52.851</b>	<b>53.510</b>
Rendas a receber		15.235	10.834
Crédito tributário	9	23.294	2.456
Diversos	10	14.322	40.220
<b>Outros valores e bens</b>		<b>-</b>	<b>118</b>
Despesas antecipadas		-	118
<b>Não circulante</b>		<b>683.304</b>	<b>690.345</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>654.436</b>	<b>661.478</b>
<b>Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>244.521</b>	<b>239.742</b>
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	9.050
Vinculados à prestação de garantias	6	244.521	230.692
<b>Outros créditos</b>		<b>409.915</b>	<b>421.736</b>
Crédito tributário	9	108.738	115.202
Diversos	10	301.177	306.534
<b>Permanente</b>		<b>28.868</b>	<b>28.867</b>
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>250</b>	<b>250</b>
Outros investimentos		250	250
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>12</b>	<b>28.618</b>	<b>28.617</b>
Imóveis de uso		66.197	66.196
Outras imobilizações de uso		14.768	14.768
(Depreciações acumuladas)		(52.347)	(52.347)
<b>Total do ativo</b>		<b>9.658.826</b>	<b>6.984.914</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2019 a Entidade pagou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 216.654 (2018 - R\$ 477.312) sendo R\$ 216.654 (2018 - R\$ 305.312) de reservas de lucros e nenhum valor referente a lucros do exercício (2018 - R\$ 172.000).

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citi no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos

desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de março de 2020. São Paulo, 24 de março de 2020.

Marcelo Marangon - Representante Legal

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019** (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2019	2019	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>95.480</b>	<b>242.876</b>	<b>403.785</b>	
Operações de crédito	8.g	2.920	6.464	8.552	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		155.103	274.093	272.135	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	148.753	170.541	120.824	
Resultado de operações de câmbio		(211.296)	(208.222)	2.274	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(44.357)</b>	<b>(39.258)</b>	<b>(310.480)</b>	
Operações de empréstimos e repasses		(44.337)	(39.242)	(310.478)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(20)	(16)	(2)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>51.123</b>	<b>203.618</b>	<b>93.305</b>	
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>38.104</b>	<b>82.712</b>	<b>144.835</b>	
Recargas de prestação de serviços	18	63.638	126.853	103.423	
Despesas de pessoal		(1.404)	(2.274)	414	
Outras despesas administrativas	19	(17.922)	(26.969)	(16.529)	
Despesas tributárias		(10.591)	(22.903)	(17.355)	
Outras receitas operacionais	20	6.363	11.898	78.991	
Outras despesas operacionais	20	(1.980)	(3.893)	(4.109)	
<b>Resultado operacional</b>		<b>89.227</b>	<b>286.330</b>	<b>238.140</b>	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>24.e</b>	<b>21.432</b>	<b>45.549</b>	<b>46.406</b>	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro contribuição social</b>		<b>110.659</b>	<b>331.879</b>	<b>284.546</b>	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	21	12.750	(24.332)	(15.887)	
Provisão para imposto de renda		(6.858)	(23.111)	-	
Provisão para contribuição social		(4.122)	(13.881)	-	
Ativo fiscal diferido		23.730	12.660	(15.887)	
<b>Lucro líquido</b>		<b>123.409</b>	<b>307.547</b>	<b>268.659</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019** (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2019	2019	2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>		<b>123.409</b>	<b>307.547</b>	<b>268.659</b>	
<b>Lucro líquido</b>		<b>6.295</b>	<b>(6.549)</b>	<b>13.993</b>	
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>					
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	20	16	2	
Provisão para contingência	16.b	1.418	3.295	3.512	
Lucro na alienação de investimentos	24.e	-	-	(4.646)	
Varição cambial		28.586	2.800	(762)	
Imposto diferido	21	(23.729)	(12.660)	15.887	
<b>Varições em ativos e passivos</b>		<b>2.273.303</b>	<b>2.753.619</b>	<b>(267.371)</b>	
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.732.079)	699.399	(928.125)	
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		270.378	359.689	(556.728)	
(Aumento)/Redução em operações interfinanceiras		(328.351)	(902.522)	149.694	
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(30.511)	(11.729)	18.285	
Redução/(Aumento) em outros créditos		43.356	28.025	(53.698)	
Redução em outros valores e bens		2.201	118	149	
Aumento/(Redução) em operações interdependências		332	(680)	817	
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	3.668.910	1.841.469	1.153.659		
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos		47.229	(177.599)	227.115	
Aumento/(Redução) em outras obrigações		331.531	918.159	(279.084)	
Aumento em resultado de exercícios futuros		307	(710)	509	
<b>Caixa líquido originado em atividades operacionais</b>		<b>2.403.007</b>	<b>3.054.617</b>	<b>15.281</b>	
Alienações de investimentos		-	-	5.015	
<b>Caixa líquido originado em atividades de investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.015</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>					
Dividendos/Juros sobre capital próprio		(88.164)	(216.654)	(477.312)	
Aumento de capital		-	-	341.700	
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento</b>		<b>(88.164)</b>	<b>(216.654)</b>	<b>(135.612)</b>	
<b>Aumento/(Redução) líquida da caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.314.843</b>	<b>2.837.963</b>	<b>(115.316)</b>	
<b>Modificações na posição financeira</b>					
Início do período		1.508.827	985.707	1.101.023	
Fim do período		3.823.670	3.823.670	985.707	
<b>Aumento/(Redução) líquida da caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.314.843</b>	<b>2.837.963</b>	<b>(115.316)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019** (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.258.549</b>	<b>-</b>	<b>137.433</b>	<b>1.121.116</b>	<b>182.488</b>	<b>(3.005)</b>	<b>-</b>	<b>2.696.581</b>
Aumento de capital	17.a	-	232.050	-	-	-	-	-	232.050
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	17.f	-	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	17.f	-	-	-	-	-	(4.750)	-	(4.750)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	268.659	268.659
Destinações:									
Reservas	17.b, c, d	-	-	13.433	83.226	-	-	(96.659)	-
Juros sobre capital próprio	17.e	-	109.650	-	(122.824)	(182.488)	-	(172.000)	(367.662)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>1.258.549</b>	<b>341.700</b>	<b>150.866</b>	<b>1.081.518</b>	<b>-</b>	<b>(7.793)</b>	<b>-</b>	<b>2.824.840</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	17.f	-	-	-	-	-	8	-	8
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	17.f	-	-	-	-	-	(2.579)	-	(2.579)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	307.547	307.547
Destinações:									
Reservas	17.b, c, d	-	-	15.377	292.170	-	-	(307.547)	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio	17.e	-	-	-	(216.654)	-	-	-	(216.654)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>1.258.549</b>	<b>341.700</b>	<b>166.243</b>	<b>1.157.034</b>	<b>-</b>	<b>(10.364)</b>	<b>-</b>	<b>2.913.162</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		<b>1.258.549</b>	<b>341.700</b>	<b>160.073</b>	<b>953.028</b>	<b>-</b>	<b>(10.028)</b>	<b>174.931</b>	<b>2.878.253</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	17.f	-	-	-	-	-	21	-	21
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	17.f	-	-	-	-	-	(357)	-	(357)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	123.409	123.409
Destinações:									
Reservas	17.b, c, d	-	-	6.170	292.170	-	-	(298.340)	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio	17.e	-	-	-	(88.164)	-	-	-	(88.164)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>1.258.549</b>	<b>341.700</b>	<b>166.243</b>	<b>1.157.034</b>	<b>-</b>	<b>(10.364)</b>	<b>-</b>	<b>2.913.162</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019** (Em milhares de Reais)

**1 Contexto operacional**

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade") é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos bancos comerciais, inclusive as de câmbio.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.395/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 24 de março de 2020.

**3 Principais práticas contábeis**

**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações compromissadas - posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

**d) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular BC nº 3.068 de 2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

**e) Instrumentos financeiros derivativos**

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

**7 Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições. Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado. Contratos de swaps de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicado sobre um valor referencial de principal. O valor de mercado dos swaps é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As curvas de juros utilizam modelos aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo. As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e swaps negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que ajustes às tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado. O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxa de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte descumprir a sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem à Entidade controlar estes fatores em operações com instrumentos financeiros derivativos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa.

a) O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.

Negociação	Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo
Contratos de NDF	628.895	17.078	12.963	(6.312)
Contratos de swaps	2.913.135	144	259	(39.809)
<b>Total</b>	<b>3.542.030</b>	<b>17.222</b>	<b>13.222</b>	<b>(46.121)</b>

Negociação	Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo
Contratos de NDF	731.537	36.893	31.742	(12.097)
Contratos de swaps	3.613.422	18.899	20.038	(215.717)
<b>Total</b>	<b>4.344.959</b>	<b>55.792</b>	<b>51.780</b>	<b>(227.814)</b>

b) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos classificados de acordo com o valor de vencimentos e seus respectivos valores de custo.

Negociação	Vencimento		Custo atualizado	Total	Custo atualizado	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses				
Contratos de NDF	(2.731)	10.196	7.465	10.766	20.184	24.796
Contratos de swaps	(50.922)	—	(50.922)	39.665	(202.682)	(196.818)
<b>Total</b>	<b>(53.653)</b>	<b>10.196</b>	<b>(43.457)</b>	<b>50.431</b>	<b>(182.498)</b>	<b>(172.022)</b>

c) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos

Negociação	Vencimento		Custo atualizado	Total	Custo atualizado	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses				
Contratos de NDF	195.646	433.249	628.895	731.537	628.895	731.537
Contratos de swaps	2.895.728	17.407	2.913.135	3.613.422	2.895.728	3.613.422
<b>Total</b>	<b>3.091.374</b>	<b>450.656</b>	<b>3.542.030</b>	<b>4.344.959</b>	<b>3.542.030</b>	<b>4.344.959</b>

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

Negociação	Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo
Contratos de NDF	628.895	17.078	12.963	(6.312)
Contratos de swaps	2.913.135	144	259	(39.809)
<b>Total</b>	<b>3.542.030</b>	<b>17.222</b>	<b>13.222</b>	<b>(46.121)</b>

Negociação	Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo
Contratos de NDF	731.537	36.893	31.742	(12.097)
Contratos de swaps	3.613.422	18.899	20.038	(215.717)
<b>Total</b>	<b>4.344.959</b>	<b>55.792</b>	<b>51.780</b>	<b>(227.814)</b>

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Contratos	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Swap	137.367	163.428	99.974	—
NDF	11.386	7.113	20.850	—
<b>Total</b>	<b>148.753</b>	<b>170.541</b>	<b>120.824</b>	<b>—</b>

**8 Carteira de crédito**

a) Composição da carteira de crédito por produto

Operações de crédito	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Financiamentos	66.032	52.870	66.032	52.870
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>66.032</b>	<b>52.870</b>	<b>66.032</b>	<b>52.870</b>

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	Pessoas físicas					Total	Provisão
	Comércio	Indústria	Rural	Serviços	Total		
AA	15.184	17.819	27.262	851	1.985	63.101	—
A	430	2.406	95	—	—	2.931	(15)
<b>Total</b>	<b>15.614</b>	<b>20.225</b>	<b>27.357</b>	<b>851</b>	<b>1.985</b>	<b>66.032</b>	<b>(15)</b>

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso Normal	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Total da provisão
AA	63.101	63.101	95,56	—	—	—
A	2.931	2.931	4,44	—	(15)	(15)
<b>Total</b>	<b>66.032</b>	<b>66.032</b>	<b>100,00</b>	<b>—</b>	<b>(15)</b>	<b>(15)</b>

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

A vencer até 90 dias	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
De 91 a 360 dias	3.553	—	62.479	52.870
<b>Total</b>	<b>66.032</b>	<b>52.870</b>	<b>66.032</b>	<b>52.870</b>

e) Composição da carteira de crédito por concentração

10 maiores devedores	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
20 seguintes maiores devedores	43.195	60,87	14.232	26,92
50 seguintes maiores devedores	15.265	23,12	1.480	2,80
100 seguintes maiores devedores	10.511	15,92	—	0,00
Demais devedores	60	0,09	—	0,00
<b>Total</b>	<b>66.032</b>	<b>100,00</b>	<b>52.870</b>	<b>100,00</b>

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Credito com características de concessão de crédito	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Saldo inicial	(20)	(24)	(22)	(2)
Provisão para reversões	(40)	(16)	(2)	(24)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8	26	—	—
<b>Total</b>	<b>2.920</b>	<b>6.464</b>	<b>8.552</b>	<b>—</b>

**9 Créditos tributários**

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2019
Provisão para outros pagamentos	2.290	636	(106)	2.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	8	(4)	10
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	7.041	829	(37)	7.833
<b>Total</b>	<b>9.337</b>	<b>1.473</b>	<b>(147)</b>	<b>10.663</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	2.062	342	(114)	2.290
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	5	(4)	6
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	14.038	1.015	(8.012)	7.041
<b>Total</b>	<b>16.105</b>	<b>1.362</b>	<b>(8.130)</b>	<b>9.337</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2019
Provisão para outros pagamentos	1.374	941	(63)	2.252
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	6	(2)	8
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	4.225	2.064	(22)	6.267
<b>Total</b>	<b>5.603</b>	<b>2.011</b>	<b>(87)</b>	<b>7.737</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.225
<b>Total</b>	<b>9.663</b>	<b>3.393</b>	<b>(7.453)</b>	<b>5.603</b>

Provisão para outros pagamentos	2019		2018	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2018
Provisão para outros pagamentos	1.237	1.080	(943)	1.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	4	(3)	4
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.423	2.309	(6.507)	4.

→ **continuação**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

**23 Planos de benefícios pós-emprego a funcionários**

**Características básicas dos planos**

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

**i. Valor do benefício de aposentadoria normal**

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado. Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

**ii. Plano de assistência à saúde para aposentados**

O plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.

De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano	2.132	2.312
Valor presente das obrigações atuariais	(27.522)	(23.255)
<b>Valor total do passivo atuarial</b>	<b>(25.390)</b>	<b>(20.943)</b>

Durante o exercício em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram contribuições somente o juros da operação.

A política de concessão do benefício de assistência médica para aposentados é distinta entre os empregados da Entidade, tendo como base para definição de elegibilidade ao benefício a data de admissão, a idade e o tempo de serviço na aposentadoria.

Os padrões de cobertura e o custo assumido pelos aposentados variam em função das condições de elegibilidade acima descritas.

Outras hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas definidas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Outras hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas definidas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial**

	2019	2018
Moeda funcional	Ativo posicionado em 31/12/2019 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2018 informado pela Citiprevi
Critério para apuração dos ativos	Inflação + 3,39% a.a. = 7,10% a.a.	Inflação + 4,91% a.a. = 9,65% a.a.
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Não aplicável	Não aplicável
Reajuste do benefício do plano	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento salarial médio	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,60% a.a.	4,50% a.a.
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábuas de entrada em invalidez	Merced Disability desagregada em 50,00%	Merced Disability desagregada em 50,00%
Tábuas de mortalidade de inválidos	IAPB 57 Até 20 SM: 0,20/(TS) <sup>0,26</sup> Acima de 20 SM: 0,22/(TS) <sup>0,32</sup> SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço	IAPB 57 Até 20 SM: 0,20/(TS) <sup>0,26</sup> Acima de 20 SM: 0,22/(TS) <sup>0,32</sup> SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço
Rotatividade	Inflação + 3,25% a.a. = 7,0% a.a. Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% Acima de 79 anos: 2,5%	Inflação + 3,25% a.a. = 7,90% a.a. Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% Acima de 79 anos: 2,5%
Crescimento dos custos médicos	100%	100%
Percentual de aumento do custo médio por faixa etária	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.
Taxa de permanência do plano de saúde	100%	100%

Composição familiar

**ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial**

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

**iii. Seguro de vida**

A Entidade oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

**24 Outras informações**

a) Como parte das atividades normais, a Entidade assume compromissos e responsabilidades com

**A Diretoria**

**Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por 14 vezes no período de 1º de janeiro de 2019 a 24 de março de 2020, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade,

avais e fianças prestadas a clientes apresentados a seguir, os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritas na nota 3.g.

	2019	2018
Beneficiários em garantias prestadas	19.019	21.583
<b>Total</b>	<b>19.019</b>	<b>21.583</b>
Provisão para garantias financeiras prestadas	(8)	(8)
<b>Total</b>	<b>19.011</b>	<b>21.575</b>

b) O saldo de relações interfinanceiras refere-se, basicamente, a serviços bancários diversos contratados, executados pela Entidade no valor de R\$ 2.005.752 (2018 - R\$ 1.103.230), conforme nota 22.a.

c) Os ativos não financeiros foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

d) A Entidade opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado e ativos ponderados 17,14% (2018 - 15,85%). Esse índice, conforme faculta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

e) O resultado não operacional é composto basicamente do ganho na venda do investimento da Tecban, de R\$ 0 (2018 - R\$ 4.647) e de receita de aluguel de R\$ 45.549 (2018 - R\$ 41.759).

**25 Gerenciamento Integrado de Riscos**

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



• **Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

• **Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, Interest Rate Risk on Banking Book - IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do Risk Group, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

**25.1. Gerenciamento de risco de capital**

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**25.2. Gerenciamento de risco operacional**

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação,

mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

**Primeira Linha de Defesa - Negócio:** O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

**Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operacional Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico:** Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de autoavaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao Chief Risk Officer e ao Comitê de Riscos, Controladores Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização com um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**25.3. Gerenciamento de risco de mercado**

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "banking" e "trading"; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**25.4. Gerenciamento de risco de crédito**

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**25.5. Gerenciamento de risco de liquidez**

Em cumprimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco intraday e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**25.6. Gerenciamento de risco socioambiental**

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 2014, nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB - Sistema de Autorregulação Bancária nº 14, da FEBRABAN, de 28 de agosto de 2014, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de Risco Socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

**25.7. Gerenciamento de riscos relevantes**

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

**26 Eventos subsequentes**

No Relatório anual do Citigroup (10-K), foi divulgado que em janeiro de 2020 a epidemia de coronavírus, iniciada na China, que atingiu diversos outros países, resultando em várias incertezas, incluindo o potencial impacto nas economias asiática e global, no comércio, no varejo e em clientes corporativos.

Contadora	Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/0-0
-----------	---

com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e confiabilidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.

d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o exercício de 2019, como parte do

processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 24 de março de 2020, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, (ii) dos assuntos de destaque do exercício; e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este mesmo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 24 de março de 2020

**Comitê de Auditoria**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank, N.A. - Filial Brasileira



**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020.

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/0-6

**Luciana Liberal Sâmia**

Contadora - CRC 1SP198502/0-8